

Voto econômico ou referendun político? Os determinantes das eleições presidenciais na América Latina - 1982-1994¹

Fabian Echegaray
Dept. of Political Science
University of Connecticut

Resumo

A influência dos fatores econômicos sobre os resultados eleitorais na América Latina tem sido uma das questões socialmente mais polêmicas e academicamente menos exploradas no debate geral sobre os determinantes do voto na região. Em grandes linhas, dois argumentos contrapostos têm prevalecido para entender os resultados de tais contendas: para um, a sorte do partido do governo está determinada por seu desempenho econômico, o que tem sido chamado de “voto econômico”; para outro, as eleições representam “referenda políticos” concentrados nos temas mais importantes para a cidadania e os sentimentos de pertencimento partidário, mas sobretudo, na liderança demonstrada pela situação no fim de sua administração, medida em termos da popularidade do presidente. Utilizando dados macroeconômicos e de opinião pública originais na análise quantitativa de ambas hipóteses para 30 eleições realizadas entre 1982 e 1994 em 15 países da região, verifica-se um maior respaldo para a hipótese do “referendun político”; na medida em que o impacto da popularidade presidencial sobre a distribuição de votos obtida pela situação supera os efeitos de diferentes variáveis macroeconômicas.

Abstract

Elections have become part of the regular political routines in Latin America; yet, the attention given by social scientists to issues of voting behavior has been wanting. This has become even more true for the specific discussion on the determinants of electoral outcomes. Two basic hypotheses have been advanced in relation to this: one, encompassed in the notion of “economic voting” assumes that the incumbents economic performance is the best predictor of how electorates will collectively allocate their ballots. In contrast, there is the hypothesis of the election as a “political referendum”; which sees the return of votes going to the incumbent as a function of the political leadership provided by the ruling party (as measured by the presidential approval rate), as well as a function of the differences in party attachments among the population and the salience of non economic issues. Using original economic and surveys research data for 30 presidential elections celebrated in 15 Latin American nations, a quantitative aggregate analysis reveals the effect of the approval rate of the president job as the major driving force underlying the electoral outcomes. Controlled by political variables, inflation, GDP growth rates, and unemployment levels show no significant impact, thus endorsing the “referendum” hypothesis.

¹ Agradeço a Alberto de Aragon, Nany Belden, Jorge Buendia, Márcia Cavallari, Polibio Cordova, Carlos Denton, Sergio Fernandez, Carlos Lemoine, Raul Jorrat e Luis Quiroga Arce pela sua generosa contribuição com os dados deste artigo. A ajuda de Frederick C. Turner na obtenção de muitos destes dados tem sido inestimável. A fonte dos dados restantes para este estudo foi o Banco de Dados de Estudos de Opinião Pública da América Latina do Roper Center for Public Opinion Research, da Universidade de Connecticut. Agradeço também a Gerardo Adroque por seus valiosos comentários.

Quinze anos depois da América Latina ter se incorporado à terceira onda mundial de democratização, e que dezenas de estudiosos começaram a pesquisar as dimensões e implicações do tema, a região ainda permanece inexplorada numa questão básica da rotina democrática: os determinantes do comportamento coletivo dos eleitorados, e em particular, as conexões entre as atuações econômicas dos governos e os resultados eleitorais. Qual a relação entre o crescimento econômico, a inflação e o desemprego com as possibilidades de reeleição das autoridades e partidos políticos no governo? Quais as dimensões de economia de maior importância para os eleitores? Como interagem as variáveis econômicas e políticas na decisão do voto? A economia influi de maneira diferente ao longo do tempo, isto é, à medida em que os comícios se tornam um componente mais familiar da paisagem política? Existe um único padrão de interação para todos os países latino-americanos?

Estes temas têm sido exaustivamente estudados na América do Norte e vários países europeus (EULAU & LEWIS-BECK, 1985; LEWIS-BECK, 1988; NORPOTH et al., 1991), em contraste amplo com o caso da América Latina (REMMER, 1991). As razões têm sido, em parte, históricas. Muitos países da região viveram longos períodos de ditadura militar entre os anos 60 e 80, tornando dominantes as interpretações teóricas sobre o autoritarismo político (O'DONNELL, 1973). Inclusive, com o fim dos governos de fato, a ênfase sobre os temas econômicos voltou-se para sua relação com as grandes questões da legitimidade e estabilidade da ordem política, com uma atenção apenas marginal à conexão entre as políticas econômicas e as dimensões mais rotineiras do governo democrático, como as eleições (NELSON, 1989). Em outros países tais como México e Cuba, o mesmo partido tem monopolizado a presidência década após década, desestimulando qualquer análise.

Juntamente com a escassez de eleições competitivas, o desprezo dos cientistas sociais pela relevância política das disputas eleitorais tem ajudado também a enviesar as agendas de pesquisa. A competição nas urnas resultava ser um fenômeno sem conseqüências, disfarçando eventos que poderiam ser melhor entendidos segundo um enfoque estruturalista da luta de classes. Mais raramente, o desprezo se originava na natureza pouco sincera das eleições que eram recriadas majoritariamente como “eleições de demonstração”, ou seja, rituais cuidadosamente montados de competição pelo poder e imposição do consentimento doméstico por parte de atores externos (HERMAN & BROADHEAD, 1984). No entanto, desde a transição democrática dos anos 80 e com o advento de um maior número de eleições competitivas ao longo da América Latina, o estudo dos fatores moldadores do voto, e especialmente o papel da economia enquanto tal, tornou-se crescentemente importante e factível.

Dada a ausência de análises empíricas para a região, estes tópicos têm permanecido no âmbito da especulação, ainda que contando com numerosos seguidores entre os jornalistas e estudiosos políticos, que freqüentemente têm dado por descontada a centralidade das considerações econômicas com respeito à decisão eleitoral. Assim ocorreu, por exemplo, com as eleições da Costa Rica em 1982 e 1986, da Venezuela em 1983, do Peru em 1985 e 1990, da Argentina em 1989 e do Brasil em 1994, que rapidamente foram consideradas como expressões de um “voto econômico” (SELIGSON & GOMEZ BARRANTES, 1989; CARRASQUERO, 1995; DIETZ, 1987; CATTERBERG & BRAUN, 1989; MENEGUELLO, 1995). Mais ambígua é a situação do México em 1988, onde a evidência empírica de acadêmicos e a perícia prática de profissionais da opinião pública apontam a conclusões encontradas (BROPHY-BAERMAN, 1994; BUENDIA, 1994; DOMINGUEZ & MCCANN, 1995).

Um último exemplo que constata a complexidade do cenário eleitoral no que diz respeito aos determinantes do voto dá-se no caso da aposta à reeleição do presidente Carlos Menem na Argentina em 1995. Para alguns observadores, o contínuo apoio conseguido pelo partido no governo nas eleições para deputados de 1991 e 1993, explicou-se principalmente por suas conquistas econômicas, as quais por sua vez somente poderiam antecipar a vitória do presidente em 1995². No entanto, apenas dois meses antes das eleições, o presidente Menem deliberadamente buscou deflacionar a economia acertando um duro golpe no bolso dos eleitores, com o corte de salários e aumento de impostos. Por acaso, esta brusca virada pré-eleitoral teve como consequência para o oficialismo a fuga de intenções de voto? A resposta é não³. Em princípio isto desafiaria os raciocínios mais básicos da maioria dos analistas, assim como serviria de advertência sobre a complexidade do vínculo economia-voto.

Felizmente, suficientes dados agregados e de pesquisas de opinião têm se tornado disponíveis para as décadas de 1980 e 1990, juntamente com um número respeitável de eleições competitivas não fundadoras, de forma a tornar possível ir além das observações atentas de jornalistas e analistas da realidade local, abrindo assim novos rumos através dos quais os cientistas sociais podem contribuir para uma melhor compreensão do processo democrático.

² Ver “Shadows of Grey”, *The Economist*, n° 333, Dezembro 10, 1994, p. 39. Também, Nathaniel Nash, “Argentina Rulling Party Wins, Fueling President's Reelection Bid”, *New York Times*, October 5, 1993, p. A3.

³ Ver pesquisas de opinião publicadas em *La Nacion*, 13/3/95; *El Cronista Comercial*. 5/4/95; e *La Nacion*, 9/4/95.

A intenção deste trabalho é contrastar duas hipóteses básicas que têm estado no centro da maioria das interpretações sobre as forças que influenciam os resultados eleitorais da região, e que certamente têm moldado o debate em outros países. Por um lado, existe a perspectiva do “voto econômico” segundo a qual, dada a dramática experiência das crises econômicas e mudanças radicais nas políticas e estilos de vida, sofridos pelos latino-americanos durante os anos 80 e 90, o desempenho econômico dos governos têm se convertido no eixo substantivo, através do qual as administrações são julgadas e os políticos do governo são premiados ou castigados. De acordo com esta posição, os resultados das eleições são um reflexo direto das habilidades administrativas dos partidos governistas, outorgando um papel periférico às forças não-econômicas⁴.

Em contraposição, existe a perspectiva de que, apesar da má ou boa atuação do governo, questões não-econômicas têm um papel crítico na determinação da direção do apoio eleitoral, como produtos de aflições políticas pelos partidos, laços psicológicos com seus líderes e candidatos, e das percepções retrospectivas e prospectivas a partir das quais as pessoas organizam suas decisões sobre a seleção de um novo governo. Além disso, a escassa influência da economia sobre o voto derivaria, também, da priorização de outros temas por parte da população, tais como a estabilização da democracia e/ou a garantia da paz e ordem social onde guerras civis, a delinqüência ou a corrupção emergem como os principais problemas. Da mesma forma não é estranho que um impacto menor da economia seja resultado do cinismo público sobre a generalizada impotência dos diferentes contendores para alterar a situação econômica no futuro próximo, ou mais raramente, de uma convergência de opiniões entre os candidatos sobre o rumo econômico a seguir, ganhe quem ganhar, acabando por converter a economia numa constante, neutralizando assim seu efeito eleitoral.

Através da exploração dessas hipóteses em nível agregado, pode-se obter um quadro mais completo e válido do comportamento dos eleitorados nacionais. Para isso, a análise agregada baseia-se em dados macroeconômicos e de opinião pública para trinta eleições presidenciais provenientes de quinze países latino-americanos⁵. Na seleção da unidade de análise seguem-se dois critérios: a) satisfazer o requisito de disputa eleitoral competitiva para o cargo de presidente

⁴ A superposição desta perspectiva com as teorias do voto racional de Downs e do voto retrospectivo na versão original de V. O. Key, entre outras, é óbvia e já tem sido amplamente discutida na literatura. Contudo, as mesmas têm se referido a contextos relativamente estáveis em termos macro-econômicos, pelo qual, ao transportá-las ao cenário de crises e mudanças dos anos 80 e 90 na América Latina, torna lícito supor que tenha um impacto ainda mais intenso.

⁵ As eleições para as quais existem dados disponíveis são: Argentina-1989; Brasil-1989, 1994; Chile-1993; Colômbia-1986, 1994; Costa Rica-1982, 1986, 1994; Equador-1984, 1988, 1992; El Salvador-1989, 1994; Guatemala-1985, 1990; Honduras-1985, 1989, 1993; México-1988, 1994; Nicarágua-1990; Panamá-1994; Peru-1985, 1990; Uruguai-1994; Venezuela-1983, 1988, 1993.

(isto é, que a eleição tenha a presença de mais de um partido ou candidato e que pelo menos um terço dos votos vão para a oposição); b) representar ao menos a segunda ocasião consecutiva de eleição presidencial após a inauguração do período democrático (ou seja, não ser uma “eleição fundadora”). Finalmente, cabe esclarecer que a comparação das situações econômica e de opinião pública antecedendo estas eleições apresenta dificuldades que não são poucas, particularmente pelos problemas de disponibilidade e comparabilidade dos dados⁶.

A análise dos dados agregados

A forma típica na qual a literatura tem tratado o vínculo economia-voto tem sido através da comparação dos efeitos dos dados macroeconômicos sobre a sorte do oficialismo nas urnas⁷. O pressuposto é que se a economia funciona bem, o partido do governo terá êxito, e se a economia funciona mal, a situação perderá muitos votos, inclusive a reeleição. Mas, qual é a dimensão da economia mais relevante para o sucesso eleitoral da situação? Depende mais da evidência sobre o crescimento econômico prévio à eleição, ou sobre o controle de preços? Ou, por acaso, as possibilidades de êxito da situação são prisioneiras dos níveis de desemprego? Para responder estas perguntas, a ênfase deve dirigir-se às medidas do crescimento do produto interno bruto (PIB) e ao crescimento do PIB per capita, taxas de inflação e níveis de desemprego⁸.

⁶ Alguns indicadores macroeconômicos variam em relação à área territorial de referência ou à sua frequência de medição, como é o caso do nível de desemprego. Aqui convençamos assumir que não existem grandes desvios entre estas medidas e os parâmetros nacionais verdadeiros (ver The Economist Intelligence Unit, Economic Commission for Latin America and the Caribbean, a Inter-American Development Bank). Para os dados de opinião pública aqui apresentados os critérios de inclusão considerados, além da disponibilidade, são: a) a semelhança entre o enunciado da pergunta (ver Apêndice A); b) a proporção do eleitorado nacional coberta pela amostra, assim como também a semelhança com os padrões de comportamento eleitoral nacionais, de acordo com o conhecimento prévio, e c) a proximidade dos dados levantados com o dia da eleição (com um limite de distância temporal máximo de 6 meses antes da eleição). Os principais desvios com respeito a estas regras ocorreram para b) nos casos para Peru-1990 (dados somente para Lima) e Uruguai-1994 (dados somente para Montevideo).

⁷ A variável dependente é a porcentagem dos votos válidos obtidos pela situação (seja um único partido ou uma coalizão) na eleição presidencial seguinte. Em todos os casos onde ocorreu segundo turno, os dados se referem ao primeiro turno. Fontes para as eleições são: Nohlen, 1993 e Keesing's Record of World Events, 1992-1994.

⁸ Em todos os casos os dados se referem a taxas anuais médias no ano anterior ao da eleição, exceto aqueles países que realizaram eleições no último quadrimestre, caso o qual os dados foram desconsiderados. O único indicador medido a um nível inferior ao anual é o que apresenta a variação percentual média da taxa de Inflação por quadrimestre. Através do crescimento do PIB e PIB per capita buscamos medir o nível de atividade econômica do país. A inflação mede o aumento do custo de vida e o desemprego mede a proporção de pessoas que são economicamente ativas mas sem ocupação. No caso

Se bem que a consideração de diversas facetas da economia asseguraria uma análise mais completa de seu impacto sobre o voto, não é sempre evidente que os eleitorados responsabilizem o partido no governo pelos desequilíbrios ou acertos econômicos ocorridos ao final de seu mandato, o que é básico para que o estado da economia se converta num critério de julgamento importante para a eleição. Este vínculo, no entanto, está tacitamente implícito na maioria da literatura sobre a cultura econômica da região, a qual é qualificada como estatista, orientada para o protecionismo governamental, e cuja percepção das qualificações econômicas do presidente é a de uma figura virtualmente onipotente (WIARDA, 1992; CALVERT y CALVERT, 1989)⁹.

Em respaldo a esta perspectiva, os escassos dados de opinião pública sobre a atribuição de responsabilidade por variações nas situações econômicas nacionais revelam uma maioria de votantes apontando o dedo para o governo: 84% na Argentina, 79% no Uruguai, 56% no México, 85% no Brasil. Ainda mais, entre os entrevistados brasileiros quase dois terços afirmavam que só o candidato do governo teria possibilidades de continuar com o sucesso econômico (ver Apêndice B).

De acordo com a evidência mencionada, mesmo que limitada quanto ao tempo e número de casos, não parece equivocado assumir que qualquer que seja o estado da economia, a mesma estaria em condições de exercer sua influência sobre as eleições, uma vez que o governo é visto majoritariamente como responsável por tal estado. Se bem que isto facilita a validade da exploração de modelos econômicos do voto na América Latina, isso não implica em que a forma na qual vem ocorrendo esteja correta. De fato, a maioria dos modelos explicativos do voto econômico dentro e fora da região tem permanecido mal especificados, tanto por omissão de variáveis não-econômicas substantivas, como pelo uso de variáveis artificiais (dummy) que refletem de forma débil a complexidade do conceito que buscam medir¹⁰. Por esse motivo, a exploração da dinâmica subjacente aos resultados eleitorais deveria ilustrar sua relação com fatores econômicos e não

do índice anual de preços ao consumidor executamos uma transformação logarítmica para assegurar a normalidade da distribuição da variável. As fontes estão mencionadas na nota 6.

⁹ Para uma reavaliação empírica destes pressupostos culturais à luz das recentes experiências de desestatização da economia em países da região, ver EcheGARAY (1993) e Turner & Elordi (1995).

¹⁰ Através dessas variáveis busca-se medir a presença ou ausência de algum atributo qualitativo em particular, geralmente, o tipo de partido no governo (se é partido X então o valor da variável passa a ser 1; se é outro partido, então passa a ser valor igual a 0), a taxa de desgaste implicada no ato de governar, ou a situação majoritária ou minoritária do governo no Congresso. Dada a dificuldade na medição apropriada e a localização dos dados adequados para os fatores políticos que influenciam o voto, o uso de variáveis artificiais tem ajudado a especificar melhor os modelos, mesmo que correndo o risco de simplificar a natureza dos atributos que se pretende medir.

econômicos, oferecendo assim uma discussão realista e teoricamente bem especificada. Daqui, a inclusão de uma medida de aprovação do desempenho do presidente e outra sobre identificação partidária¹¹.

Na Tabela 1 estão apresentadas as correlações bivariadas entre os determinantes econômicos e políticos e os resultados eleitorais para 23 disputas presidenciais realizadas em 13 países entre 1992 e 1994¹². Mesmo que num nível bastante simples, os dados revelam um padrão de associação muito mais forte entre os efeitos políticos e a sorte da situação, que entre esta última e os indicadores de desempenho econômico. Inclusive quando estes últimos aparecem linearmente relacionados ao voto na direção esperada (ou seja, à maior inflação e menor crescimento do PIB, menor apoio ao partido no governo e vice-versa), a força e significância estatística desta relação é menor em comparação com o impacto exercido pelas variáveis não-econômicas¹³.

¹¹ Os enunciados para as respectivas perguntas estão no Apêndice A. No resto do texto, assume-se que a aprovação do trabalho do presidente mede a popularidade presidencial, a qual é por sua vez parcialmente indicativa da atribuição de liderança política.

¹² Devido a uma lacuna nos dados disponíveis para identificação partidária, ao incluir esta variável o número total de observações se reduz a 23 referentes a 13 países. Quando a medida da aprovação presidencial é incluída como a única variável política juntamente com os indicadores macroeconômicos, o número total de observações chega a 30, correspondentes aos 15 países mencionados previamente.

¹³ Dada a experiência macroeconômica de alguns países latino-americanos durante os anos 80, refletida em valores extremamente altos para algumas destas variáveis, devemos ser cautelosos ao comparar os efeitos econômicos e não-econômicos dentro da região, assim como com a evidência para países europeus e norte-americanos. Esse é o caso, por exemplo, da inflação que alcança uma média aritmética anual de 383% com um desvio-padrão de 1060,4. Conseqüentemente, todos os coeficientes baseados em correlações lineares mostrariam relações algo distorcidas dada a influência de casos extremos, assim como distorções produzidas pela enorme variação no denominador de ditos coeficientes e seu respectivo efeito atenuante nos estimadores. A média é o desvio-padrão para o voto na situação, a taxa de crescimento do PIB, a aprovação presidencial e a identificação partidária são, respectivamente, 37.79 e 15.89; 1.74 e 4.35; 32.37 e 18.90; e 1.17 e 14.75.

Tabela 1
Correlações entre variáveis econômicas e políticas e a porcentagem do voto para a situação, em 23 eleições presidenciais na América Latina 1982-1994
 (coeficientes de correlação de Pearson)

	Votos Oficiais	Log IM t-1	Q. IMQ t-1	PIB t-1	PIB per cap.	Desemprego	Popularidade	Partidarismo
Votos Oficiais	1,00							
Log IM t-1	-0,34+	1,00						
Q. IMQ t-1	-0,32	-0,29	1,00					
PIB t-1	0,43+	-0,46+	0,12	1,00				
PIB per cap.	-0,06	0,01	0,38+	-0,09	1,00			
Desemprego	-0,07	0,15	-0,33	-0,25	-0,35+	1,00		
Popularidade	0,71*	-0,27	-0,12	0,42+	-0,21	-0,19	1,00	
Partidarismo	0,52*	-0,09	-0,16	0,30	0,02	-0,28	0,59*	1,00

*= Estatisticamente significativo ao nível de 0,01, teste de uma cauda.

+ = Estatisticamente significativo ao nível de 0,05, teste de uma cauda.

N = 23

Códigos e conceitos:

Votos oficiais = porcentagem de votos válidos ganhos pelo partido (ou coalizão) no governo durante a eleição presidencial.

Log IM t-1 = média anual de inflação durante o ano prévio à eleição presidencial (transformado logaritmicamente).

Q. IMQ = média de variação percentual na inflação medida quadrimestralmente durante os quadrimestres prévios à eleição presidencial.

PIB t-1 = média anual da taxa de crescimento do produto interno bruto durante o ano prévio à eleição presidencial.

PIB per cap. = média anual da taxa de crescimento do produto interno bruto per capita durante o ano prévio à eleição presidencial.

Desemprego = porcentagem da população econômica ativa sem emprego no ano prévio à eleição presidencial.

Popularidade = porcentagem de eleitores que manifestaram sua aprovação ao trabalho do Presidente no governo (ver Apêndice A).

Partidarismo = diferença líquida na identificação partidária dos eleitores (ver Apêndice A).

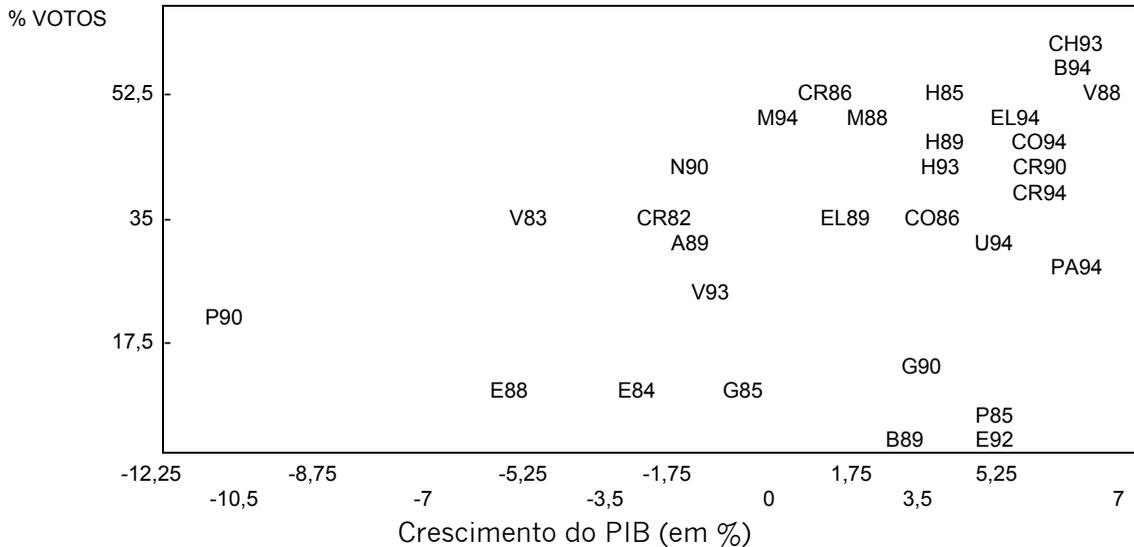
Fontes: ver nota 6 e Apêndice A.

É interessante notar que variáveis mais próximas do bolso dos eleitorais tais como o nível de desemprego, comportam-se de forma tão débil quanto aquelas outras de repercussão mais coletiva, tais como a taxa de crescimento do PIB per capita. Mesmo assim, entre as variáveis que são freqüentemente consideradas como cruciais por sua influência sobre os resultados eleitorais, tais como a inflação, os efeitos de curto prazo (medidos por quadrimestre) parecem ser menos importantes que os efeitos de mais longo prazo (medidos anualmente). Claramente, estes resultados desafiam a visão dos eleitorais latino-americanos como imediatistas e obcecados com o interesse pessoal em suas decisões de voto. Ainda mais, os dados enfatizam a relevância das variáveis políticas na compreensão da capacidade da situação em recrutar o apoio dos eleitores¹⁴.

As Figuras 1 e 2 ilustram estas relações para aquela variável econômica e política com maior efeito sobre o comportamento eleitoral: a taxa de crescimento do PIB e o apoio ao desempenho do presidente, respectivamente. A Figura 1 revela um padrão de distribuição bastante vago dos efeitos do PIB sobre os resultados eleitorais e cuja correlação se encontra inflada por casos extremos como o primeiro turno ocorrido no Peru em 1990. Igualmente interessante é o perfil de dispersão que ocorre entre países e que reflete a ausência de um padrão único de reações eleitorais frente ao nível de atividade econômica em escala continental. Por exemplo, percebe-se um comportamento específico para as eleições celebradas na região andina (Equador e Peru), caracterizados pelo multipartidarismo e pela volatilidade eleitoral, além das condições sociais e étnicas especiais. Por outro lado, é notável a consistência desta relação para países como Honduras, Costa Rica e México, em contraste com a versatilidade vigente para Venezuela ou Brasil.

¹⁴ Neste sentido, este estudo converge com o de Remmer (1991) ao apresentar efeitos menores para as variáveis econômicas tais como o PIB e a inflação com respeito ao impacto das variáveis políticas sobre a proporção de votos ganhos pelo governo, apesar das diferentes medidas e dos casos diferentes ali utilizados.

Figura 1
Relação entre crescimento do PIB e porcentagem de votos dados à situação, em 30 países da América Latina, 1982-1994



N = 30

R2 = 0,12 (% variância explicada dos votos para a situação)

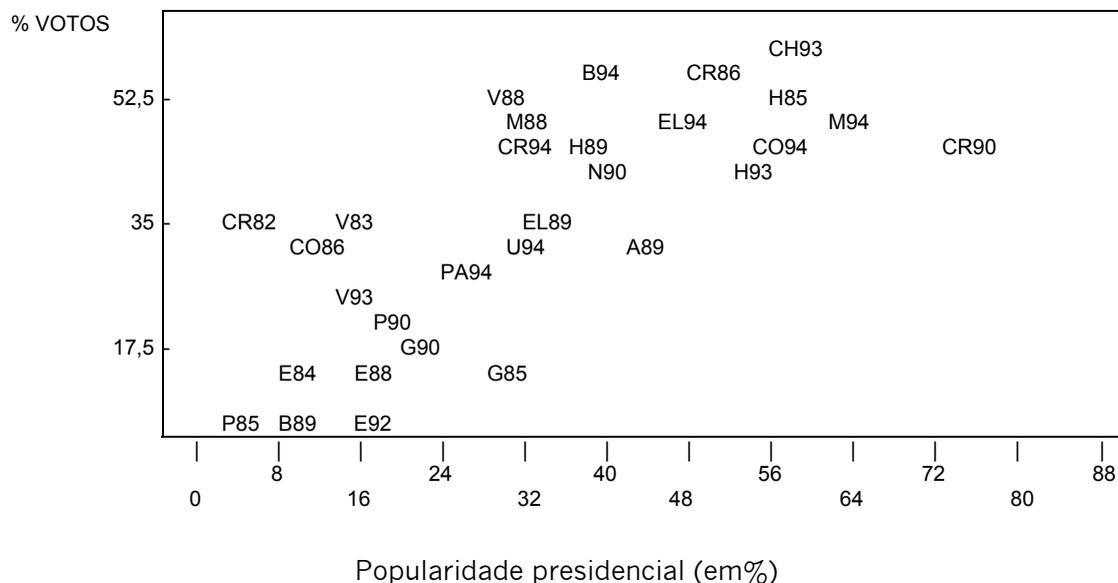
Códigos para países e eleições:

A89=Argentina, 1989; B89=Brasil, 1989; B94=Brasil, 1994; CH93=Chile, 1993; C086=Colômbia, 1986; C094=Colômbia, 1994; CR82=Costa Rica, 1982; CR86=Costa Rica, 1986; CR90=Costa Rica, 1990; CR94=Costa Rica, 1994; E84=Ecuador, 1984; E88=Ecuador, 1988; E92=Ecuador, 1992; EL89=El Salvador, 1989; EL94=El Salvador, 1994; G85=Guatemala, 1985; G90=Guatemala, 1990; H85=Honduras, 1985; H89=Honduras, 1989; H93=Honduras, 1993; M88=México, 1988; M94=México, 1994; N90=Nicarágua, 1990; P85=Peru, 1985; P90=Peru, 1990; PA94=Panamá, 1994; U94=Uruguai, 1994; V83=Venezuela, 1983; V88=Venezuela, 1988; V93=Venezuela, 1993.

Quanto à Figura 2, esta apresenta um melhor ajuste entre a popularidade presidencial e a sorte eleitoral da situação. Aqui, a evidência de casos extremos é menos visível, tornando mais robusta a conexão entre ambas as variáveis. Através da simples comparação das relações individuais de crescimento econômico e popularidade presidencial com o apoio ao partido no governo, tal como está sintetizada pela medida de ajuste (“goodness of fit”), fica claro que a variável política tem um poder explicativo maior que a variável econômica. Em suma, é a avaliação do desempenho do presidente mais que qualquer experiência econômica específica o que emerge como o melhor preditor de quão bem o candidato da situação se sairá na eleição¹⁵.

¹⁵ Isto dificilmente poderá constituir uma conclusão tautológica dado que só um dos 30 casos examinados apresentou um presidente em busca de reeleição (Nicarágua, 1990) e um quinto dos casos

FIGURA 2
Relação entre popularidade presidencial e porcentagem de votos dados à situação, em 30 países da América Latina, 1982-1994



N = 30

R² = 0,55 (% variância explicada dos votos para a situação)

Códigos para países e eleições:

A89=Argentina, 1989; B89=Brasil, 1989; B94=Brasil, 1994; CH93=Chile, 1993; CO86=Colômbia, 1986; CO94=Colômbia, 1994; CR82=Costa Rica, 1982; CR86=Costa Rica, 1986; CR90=Costa Rica, 1990; CR94=Costa Rica, 1994; E84=Ecuador, 1984; E88=Ecuador, 1988; E92=Ecuador, 1992; EL89=El Salvador, 1989; EL94=El Salvador, 1994; G85=Guatemala, 1985; G90=Guatemala, 1990; H85=Honduras, 1985; H89=Honduras, 1989; H93=Honduras, 1993; M88=México, 1988; M94= México, 1994; N90=Nicarágua, 1990; P85=Peru, 1985; P90=Peru, 1990; PA94=Panamá, 1994; U94=Uruguai, 1994; V83=Venezuela, 1983; V88=Venezuela, 1988; V93=Venezuela, 1993.

era de coalizões de governo (Brasil, 1989 e 1994; Chile, 1993; Equador, 1984; Guatemala, 1985 e Panamá, 1994). Contudo, a título de esclarecimento, deve-se ter em conta que o voto na situação e a popularidade são medidas sob a mesma escala teórica de 0 a 100, em contraste com o PIB, inflação e identificação partidária - cujas escalas teóricas podem variar de -100 a +100 para a primeira e a última, e de 0 ao infinito hiperinflacionário para a segunda (aqui, a eleição nicaragüense de Fevereiro de 1990 apresenta o valor máximo para a inflação anual que é igual a 4770.1). As restrições impostas de antemão por tais diferenças no efeito das respectivas variâncias sobre a determinação dos coeficientes não são desprezíveis.

A estabilidade destes efeitos se mantém ao ajustar o impacto da popularidade presidencial pela influência conjunta da inflação, o crescimento do PIB e a identificação partidária, tal como mostra a equação 1¹⁶.

EQUAÇÃO 1

% de votos na situação ¹⁷ =	28,5 (3,72)*	+ 0,37 (Popularidade Presidencial) + (2,56)* + 0,14 (Identificação Partidária) – (0,88) - 1,98 (Log Inflação Anual Média t-1) + (-0,76) + 0,27 (Crescimento PIB t-1) (0,47)
N casos = 23		
R2 ajustado = 0,45		
Erro padrão = 9,93		
F = 5,51		
DW = 2,54		

De acordo com esta equação, a popularidade presidencial sobressai como o único efeito significativo para determinar a quantidade de votos que o candidato oficial recebe, uma vez que se levados em conta os impactos da economia e o partidarismo: para cada dois e meio pontos percentuais a mais que recebe o presidente na avaliação de seu desempenho, o partido situacionista pode esperar obter, em média, um por cento mais de votos válidos. Entre outras coisas, a equação indica que, controlado pelos efeitos da popularidade presidencial e a identificação partidária, o impacto das variáveis econômicas sobre a variação do voto nulo resulta diferente do impacto que o puro acaso estatístico poderia ter. Da mesma forma, ao observar o valor da constante, a equação confirma o benefício implícito de ser governo, o que assegura por si só 28,5 % de votos. De acordo com estes dados, é possível prever que, diante de um quadro eleitoral de estagnação econômica (crescimento zero do PIB), uma inflação anual de apenas 1%, e um empate em porcentagem de identificados com a situação e a principal força de oposição, uma popularidade presidencial de 40% anteciparia, em média, 43,3% de votos para a situação¹⁸.

¹⁶ Dada a intenção teórica de mostrar o impacto relativo dos componentes econômicos e políticos sobre o voto na situação, e não a de perseguir o melhor modelo de predição, decidimos apresentar todos os efeitos na equação, mesmo quando não estatisticamente significativos.

¹⁷ Os estimadores são coeficientes de regressão múltipla não estandardizados. Os valores T estão entre parênteses. Os coeficientes com asteriscos são significativos ao nível .05. O teste Durbin-Watson (DW) excede o valor crítico superior, o que leva a descartar a possibilidade de correlação serial com uma confiança de 95%.

¹⁸ Na busca do resultado mais parcimonioso e eficiente para explicar o êxito (ou fracasso) eleitoral do partido no governo, a melhor solução havia incluído exclusivamente a variável de popularidade presidencial com um coeficiente beta=0,62 (valor T=5,82), ou seja, que para cada dez pontos extra de popularidade a situação poderia esperar em média 6% a mais de votos válidos. Esta estimativa se daria

Da mesma forma, apesar da suspeita sobre uma alta correlação entre a avaliação do presidente e as condições da economia (o que implicaria que a popularidade presidencial não faria mais do que mediar o efeito da economia sobre a distribuição de votos), a evidência empírica é conclusiva ao descartar a mesma. Ao analisar os efeitos que a situação econômica de cada país teve sobre a forma na qual os eleitores julgaram o desempenho presidencial, descobre-se uma incidência relativamente baixa¹⁹, o que reforça a interpretação da popularidade presidencial em termos essencialmente políticos e psicológicos. Em síntese, os eleitores potenciais avaliam o presidente com vários critérios em mente, não apenas aqueles de natureza econômica.

Por último, um exame das diferenças latentes nas formas em que níveis (mais e menos) avançados de institucionalização política pudessem ter socializado os eleitorados em suas opções eleitorais demonstra a solidez destas descobertas. Aqui, o pressuposto é que quanto mais próximo o turno eleitoral da experiência pré-democrática, menores as possibilidades de que agentes políticos tenham papel no cálculo da coletividade dos eleitores e que, por fim, maior seja o impacto dos fatores econômicos. Em contrapartida, quanto mais rotineiras as competições eleitorais (medidas em número de eleições presidenciais ocorridas desde 1982), maior a probabilidade de que fatores políticos entrem em jogo, mais além das contingências econômicas que rodeiam a situação. Dividida a amostra entre aquelas eleições que correspondem à primeira disputa pela presidência, após a experiência da “eleição fundadora”, e aquelas que correspondem às segundas, terceiras e mais frequentes disputas²⁰, não se encontram diferenças significativas com relação ao impacto das variáveis econômicas e políticas²¹. Por conseguinte, a

para um total de 30 observações, com um valor para o coeficiente de determinação (R-quadrado) de 0,55 (indicando que a popularidade presidencial explica 55% da variação na proporção de votos válidos ganhos pelo oficialismo) e um erro-padrão total de 10,88 (o qual representaria uma importante redução de 5 pontos no erro médio de predição dos votos a ganhar ou a perder). O valor de F para esta equação equivaleria a 29,6, o qual a torna altamente significativa, apesar do escasso número de observações, e com um valor para o teste Durbin-Watson de 1,87, que mostra não auto-correlação a um nível de 0,05 de significância.

¹⁹ Ao processar uma análise de regressão com popularidade presidencial como variável dependente e crescimento do PIB e inflação como independentes, estas apenas explicaram 14% da variância da primeira, resultado obtido com uma margem de erro superior a 10%. A hipótese da “mediação” dos efeitos ganha um pouco mais de plausibilidade se só utilizamos a variável PIB como independente, que passa a explicar cerca de 13% da variância da popularidade presidencial, dentro de uma margem de erro inferior a 1%. Este resultado coincide com as análises de séries temporais para funções de popularidade feitas para o Uruguai (ver RIUS, 1992), onde também encontrou-se um efeito débil das variáveis econômicas sobre as mesmas, ao serem controladas por diferentes variáveis de ordem política.

²⁰ Aqui seguimos Przeworsky (1986, 1992) ao classificar democracias “consolidadas” e “por consolidar” pelo número de eleições presidenciais realizadas.

²¹ A prova de Chow rendeu um valor inferior (0,62) ao valor crítico correspondente (3,20), garantindo a não rejeição da hipótese nula que postula a igualdade de parâmetros para as sub-amostras.

experiência eleitoral da América Latina desde os anos 80 não oferece sustentação às preocupações tradicionais sobre a não usual dependência do êxito econômico nas democracias “ainda por consolidar” em comparação com aquelas democracias já “consolidadas”²².

Conclusões

Considerando a maioria dos resultados eleitorais verificados na América Latina entre 1982 e 1994, a popularidade presidencial exerceu um impacto maior e estatisticamente significativo em comparação com as variáveis econômicas aqui examinadas. Em outras palavras, as eleições presidenciais latino-americanas têm sido mais fiéis a uma interpretação do tipo “referendun político” do que de “voto econômico”. Poderia-se especular que indicadores macroeconômicos são muito vagos e distantes do cotidiano dos eleitorados para sobressair como força modeladora do voto; nesse sentido, estes resultados convergiriam parcialmente com as críticas à superestimativa eleitoral dos indicadores macroeconômicos (NAIM, 1993). Contudo, à medida em que tais indicadores traduzem as condições materiais nas quais esses eleitorados vivem, é possível que seu principal efeito se viabilize graças à conjunção de sua natureza abstrata com a incerteza econômica diária que os mesmos podem gerar, permitindo assim que a popularidade da liderança presidencial sobressaia como a variável eleitoralmente mais determinante. Nesse sentido, mesmo que 29 dos 30 casos examinados não apresentem um presidente buscando reeleição, o efeito mais importante em jogo parece ser o proveniente da projeção de seu “carisma” sobre o candidato de seu mesmo partido mais do que qualquer outro ponto extra de crescimento do PIB ou de baixa da inflação²³. Isto deveria servir como advertência contra a tendência entre analistas latino-americanos de despolitizar o estudo de um fenômeno essencialmente político como é o processo eleitoral.

Se bem que estas conclusões podem ser agradáveis ao paladar dos politólogos (incluído o autor), acostumados (se não resignados) a ver estes debates como postura exclusiva dos economistas, é necessário ter cautela com respeito à intensidade com que as mesmas podem se apresentar como definitivas. Tal como já

²² Cabe destacar mais uma vez, a convergência destas descobertas com as de Remmer (1991), apesar de que ela usa anos de governo democrático como medida aproximada para níveis de institucionalização/consolidação democrática.

²³ De acordo com isto, a experiência latino-americana sugeriria pensar em umbrais de inflação e recessão econômica a partir dos quais um ponto a mais ou a menos nos preços ou na queda do PIB passa a ser percebido com indiferença pela coletividade, tornando-se eleitoralmente inconseqüente. Cabe ainda, que tais umbrais seriam diferentes para países acostumados a diferentes taxas de inflação e crescimento.

foi advertido, a presença de casos extremos leva a distorções nas relações bi-variadas, enquanto que a maior variação (sobre escalas teóricas também variáveis) dos indicadores macro-econômicos ajuda a produzir estimadores ineficientes. Isto não implica em que as conclusões sejam uma função de artifícios metodológicos; de fato, as duas variáveis que finalmente apresentaram a correlação mais forte com o voto para a situação (PIB e popularidade) estão medidas na mesma escala teórica. Por outro lado, se eliminados todos os casos que ao nível multivariado se apresentavam como extremos, o resultado teria sido uma mostra muito menor e correspondente a sub-regiões específicas com um perfil institucional menos generalizável²⁴. Além disso, se o padrão de distribuição das relações economia-voto demonstra algo (ao menos para o caso da variável PIB) é a inexistência de um único modelo explicativo para toda a região.

As implicações dos resultados desta análise são diversas, algumas já mencionadas acima. De suma importância é a descoberta de que as eleições não demoram anos para discriminar radicalmente o poder socializador dos agentes políticos. Na medida em que, como regra geral, as primeiras eleições pós-transição permitem a influência de fatores não econômicos com a mesma intensidade com que permitem aquelas eleições realizadas uma década ou mais depois do advento democrático, pode-se dizer que os cimentos da nova ordem democrática na região são menos materialmente dependentes do que se pensou. Se isto não é o resultado do efeito “lua de mel” com a democracia que torna as primeiras eleições pouco imunes às dificuldades econômicas, ou da existência de uma “reserva de legitimidade” extra-econômica, não há como sabê-lo a partir dos dados com que se conta.

Outra implicação adicional desta análise se projeta no debate entre aqueles que vêem os resultados eleitorais como uma função do fatalismo econômico (ou seja, pré-determinada principalmente pela situação macroeconômica) versus aqueles que ainda crêem que as campanhas políticas têm um papel substantivo nas possibilidades de êxito eleitoral para candidatos situacionistas e oposicionistas. Ao menos para os casos aqui estudados, a evidência acaba favorecendo aos últimos, subestimando as visões deterministas que vêem no marketing político e no contato eleitoral iniciativas sem conseqüências nas urnas (ver MARTZ, 1990; WAISBORD, 1994; CANZANI, 1995). Como tantas outras áreas que a partir da democratização do continente, começam a abrir-se para a exploração sistemática dos cientistas sociais, o estudo dos determinantes do modelo do voto na América Latina está em

²⁴ Se tivesse procedido assim, a amostra teria se limitado à maioria das eleições na América Central e na área chamada Grande Colômbia, onde as taxas de inflação e da variação do PIB têm sido mais moderadas. Neste caso, o maior número de eleições para Costa Rica (4), Colômbia (2), Equador (3) e Venezuela (3), em sua maioria casos excepcionais de estabilidade política e engenharia institucional teria tornado as descobertas empíricas muito mais circunstanciais.

suas etapas iniciais. A vantagem com que conta é o interesse multidisciplinar e prático que o mesmo pode gerar, tal como vem ocorrendo na América do Norte e Europa Ocidental, e que só pode ajudar para uma melhor compreensão do assunto. Para tal fim, uma idéia básica é a de trabalhar com os mesmos indicadores a fim de construir e consolidar nosso conhecimento na área - “pequeno detalhe” que por décadas tem resultado na apresentação de conclusões contraditórias para as democracias avançadas, e que aqui temos conseguido seguir apenas parcialmente. Uma última menção à agenda por cumprir deve referir-se à necessidade de realizar estudos com dados agregados e individuais ao mesmo tempo, que permitam verificar o alcance das inferências tão tentadoras de se fazer quando se trabalha apenas de uma destas perspectivas apenas. Para isso, é necessária a colaboração mais estreita entre acadêmicos e profissionais de opinião pública, a qual só pode contribuir para uma melhor análise dos dados e suas implicações para o desenvolvimento da política e das rotinas democráticas em nossos países.

Apêndice A: enunciado das perguntas e fontes dos dados

Para a análise agregada utilizamos informação de duas variáveis coletadas através do uso de pesquisas: a) o apoio ao trabalho do presidente (medido como a proporção de entrevistados que deram uma qualificação positiva), e b) identificação partidária (medida como a diferença entre a proporção daqueles identificados com o partido no governo menos a proporção daqueles identificados com o principal partido da oposição). Tal medição refere-se às respostas voluntárias, sem considerar séries de perguntas forçando aos independentes a alinhar-se com algumas das principais forças. Identificações com partidos membros de coalizões estáveis foram contadas como um único partido. Por principal partido de oposição nos referimos tanto àquele de maior presença eleitoral depois da situação, àquele que acabou substituindo o partido no governo; ou àquele que disputou o segundo turno eleitoral; a distinção depende da experiência de cada país.

Cabe advertir que, tal como Schuman e Presser (1981) comprovaram anos atrás, mesmo com triviais diferenças nos enunciados e na localização das perguntas no questionário, está longe a garantia da plena confiabilidade das respostas e minimização dos erros de medição.

I País e S Eleição*	Enunciado	Fonte	Data do Campo	Tamanho da Amostra	Universo
1 Arg. 1989	a	Catterberg (1990)	5/89	2000	Áreas urbanas
2 Arg. 1989	a	Catterberg-Braun (1989)	3/89	2000	Áreas urbanas
1 Bra. 1989	a	IBOPE	9/89	2680	Nacional
2 Bra. 1989	c	CEDEC/Datafolha	9/89	5350	Nacional
1 Bra. 1994	a	Datafolha	9/94	16413	Nacional
2 Bra. 1994	c	Datafolha	9/94	16413	Nacional
1 Chi. 1993	b	CEP-Adimark	3/93	1800	Nacional
2 Chi. 1993	a	CEP-Adimark	3/93	1800	Nacional
1 Col. 1986	a	Bendixen-Law	5/86	1502	Nacional
2 Col. 1986		n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
1 Col. 1990		n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
2 Col. 1990	a	CNC	12/89	600	Áreas urbanas
1 C.R. 1982	a	CID/Gallup	11/81	1015	Nacional
2 C.R. 1982	b	CID/Gallup	11/81	1015	Nacional
1 C.R. 1986	a	CID/Gallup	11/85	1225	Nacional
2 C.R. 1986	b	CID/Gallup	11/85	1225	Nacional
1 C.R. 1990	a	CID/Gallup	11/89	1300	Nacional
2 C.R. 1990	b	CID/Gallup	11/89	1300	Nacional
1 C.R. 1994	a	CID/Gallup	11/93	580	Nacional
2 C.R. 1994	b	CID/Gallup	11/93	580	Nacional
1 Ecu. 1984	d	CEDATOS (1992)	n.d.	n.d.	Áreas urbanas
2 Ecu. 1984		n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
1 Ecu. 1988	d	CEDATOS (1992)	n.d.	n.d.	Áreas urbanas
2 Ecu. 1988		n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
1 Ecu. 1992	d	CEDATOS	11/91	2860	Áreas urbanas
2 Ecu. 1992		n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
1 EIS. 1989	a	CID/Gallup	10/88	1350	Áreas urbanas
2 EIS. 1989	b	CID/Gallup	10/88	1350	Áreas urbanas
1 EIS. 1994	a	CID/Gallup	2/94	1568	Nacional
2 EIS. 1994	b	CID/Gallup	2/94	1568	Nacional
1 Gua. 1985	a	Belden&Russonello	10/85	638	Nacional
2 Gua. 1985		n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
1 Gua. 1990	a	CID/Gallup	8/90	1455	Nacional
2 Gua. 1990	b	CID/Gallup	8/90	1455	Nacional
1 Hon. 1985	a	Belden&Russonello	11/85	1139	Nacional
2 Hon. 1985	b	CID/Gallup	10/86	n.d.	Nacional
1 Hon. 1989	a	CID/Gallup	8/89	1300	Nacional
2 Hon. 1989	b	CID/Gallup	8/89	1300	Nacional
1 Hon. 1993	a	CID/Gallup	11/93	1480	Nacional
2 Hon. 1993	b	CID/Gallup	11/93	1480	Nacional
1 Mex. 1988	e	IMOP/Gallup	5/88	2960	Nacional
2.Mex. 1988	b	IMOP/Gallup	5/88	2960	Nacional
1 Mex. 1994	e	Assessoria Técnica	9/94	4966	Nacional
2 Mex. 1994	d	Assessoria Técnica	9/94	4966	Nacional
1 Nic. 1990	a	CID/Gallup	10/94	1228	Nacional

2 Nic. 1990	b	CID/Gallup	10/94	1228	Nacional
1 Pan. 1994	a	CID/Gallup	4/94	1200	Nacional
2 Pan. 1994	b	CID/Gallup	4/94	1200	Nacional
1 Peru 1985	a	Bendixen-Law	3/85	4755	Nacional
2 Peru 1985		n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
1 Peru 1990	a	APOYO	3/90	597	Lima
2 Peru 1990	a	APOYO	11/89	589	Lima
1 Uru. 1994	b	Marketing Investigadores	9/94	187	Montevideo
2 Uru. 1994		n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
1 Ven. 1983	a	BATOBA Survey	11/83	1789	Nacional
2 Ven. 1983	a	BATOBA Survey	11/83	1789	Nacional
1 Ven. 1988	a	DATOS C.A.	10/88	2000	Nacional
2 Ven. 1988	a	DATOS C.A.	10/88	2000	Nacional
1 Ven. 1993	d	DOXA-Carrasquero	3/93	1959	Nacional
2 Ven. 1993	b	DOXA-Welsch/Baez	5/93	2000	Nacional

IS = Código da variável:

1: Popularidade presidencial; 2: Identificação partidária

n.a. = não aplica (não há referência ao caso na análise)

n.d. = não há dados disponíveis

Códigos dos enunciados para as variáveis Popularidade Presidencial (JOB) e identificação partidária (PID):

Código	Enunciado
(a)	JOB
	1. "Em sua opinião, o Presidente ... está fazendo um trabalho excelente, bom, regular, ruim ou muito ruim?"
	2. "Em geral, você acredita que o Presidente... tem realizado um trabalho bom, regular ou ruim?"
	3. "Como qualificaria o trabalho de... como Presidente? Muito bom, bom, nem bom nem ruim, muito ruim?"
	4. "Como avaliaria o desempenho do Presidente... bom, regular, ou ruim?"
	5. "Como qualificaria o governo de... muito bom, bom, regular, ruim, muito ruim?"
	PID
	1. "Com qual partido político você mais simpatiza?"
	2. "Você simpatiza com algum partido político? Com qual?"
(b)	JOB
	1. "Independentemente de sua orientação política, você aprova ou desaprova a maneira em que... está dirigindo o governo?"
	2. "Em geral, você aprova ou desaprova o Presidente...?"
	3. "Qual é sua opinião sobre o Presidente...?: Aprova muito, aprova um pouco, nem aprova nem desaprova, desaprova um pouco, desaprova muito?"
	PID
	1. "Que partido político prefere?"
	2. "Você é a favor de algum partido político? Qual?"

- (c) JOB 1. “Você tem uma imagem positiva ou negativa do Presidente...?”
PID 1. “Que partido político você gosta mais?”
- (d) JOB 1. “Você está satisfeito, pouco satisfeito, ou insatisfeito com o governo do Presidente...?”
2. “Pensando na gestão de... como Presidente, você diria que está contente ou descontente com a mesma?”
PID 1. “Você se considera... ou sem filiação política?”
2. “Falando em termos gerais, você se consideraria como...?”
- (e) JOB 1. “Usando uma escala de 1 a 10, como qualificaria a gestão de... como Presidente? (O valor tomado como positivo equivale à soma das categorias 8, 9 e 10, mais a metade da categoria 7)”
2. “Tendo em conta todas as coisas, usando uma escala de 1 a 10, como você qualificaria o desempenho de... como Presidente? (O valor tomado como positivo equivale à soma das categorias 8, 9 e 10, mais a metade da categoria 7)”

Apêndice B: enunciado e fonte dos dados sobre responsabilidade econômica do governo

Todos os estudos provêm de desenhos amostrais probabilísticos com ajustes por cotas baseados em diferentes populações. Na Argentina, o estudo foi elaborado a partir da população adulta residente nas áreas da Cidade de Buenos Aires e Grande Buenos Aires (n=258) e conduzido pelo CEDOP-UBA durante o mês de novembro de 1994 (perto de 6 meses antes das eleições). O enunciado da pergunta foi: “Em relação à sua resposta anterior (sobre situação econômica do país, em retrospectiva), você diria que a política econômica do governo teve muito a ver, algo a ver, pouco a ver ou nada a ver?”.

No México, o estudo foi realizado durante setembro de 1994 (duas semanas depois da eleição) numa amostra nacional, pela Assessoria Técnica da Presidência (n=4.966). O enunciado da pergunta foi: “Você disse que a situação econômica do país está..... que o ano passado; quem você diria que é o maior responsável por essa situação: o povo mexicano, a política econômica do governo, ambos, outros?”.

No Uruguai o trabalho de campo se realizou em setembro de 1994 (menos de dez semanas antes da eleição) numa amostra de habitantes de Montevideo (n=187), pela Marketing Investigadores. O enunciado da pergunta foi: “Quando você disse que a situação econômica do país....., quão importante você acredita que a política econômica do governo tem sido: muito importante, algo importante, pouco importante ou nada importante?”.

No Brasil os dados provêm de dois estudos diferentes realizados pelo IBOPE nas principais áreas urbanas do país em setembro de 1994 (durante as duas últimas semanas prévias à eleição). O enunciado da primeira pergunta foi: “Em sua opinião, qual destas pessoas é o principal responsável pela elaboração do plano econômico: o presidente Itamar Franco, o ex-ministro (da Fazenda) Fernando Henrique Cardoso, o ex-ministro (da Fazenda) Rubens Ricupero, outros, não sabe?” (n=3.000); e a segunda pergunta: “Na sua opinião, qual destes candidatos, caso seja eleito, estará em melhores condições de continuar o plano Real de combate a inflação: Fernando Henrique (Cardoso)?” (n=2.000). Para a segunda pergunta outros sete nomes de candidatos também foram apresentados aos entrevistados juntamente ao de Cardoso. A Opção “nenhum deles tem condições de continuar o plano e/ou todos têm condições iguais” somou 5% das respostas. Os “não sabe” e “não responde” somam 13%.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BROPHY-BAERMANN, M. Economics and elections: the mexican case. *Social Science Quarterly*, v. 75, n. 1, p. 125-135, march 1994.

BUENDIA, J. Economic reform, public opinion and presidential approval in Mexico: the Salinas years (1988-1993). M.A. dissertation. University of Chicago, Chicago, 1994.

CALVERT, S.; CALVERT, P. *Argentina: political culture and instability*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1989.

CANZANI, A. *Minorities democracy: the uruguayan election of 1994*. Exposição na Conferência Regional da WAPOR. Margarita Is. 10-12 janeiro 1995.

CARRASQUERO, J. Legitimacy and popular support for the democratic political in Venezuela. Ph.D dissertation. University of Connecticut, Storrs, 1995.

CATTERBERG, E. *Argentina confronts politics. Political culture and public opinion in the argentine transition to democracy*. Boulder: Lynne Rienner, 1991.

CATTERBERG, E.; BRAUN, M. Las elecciones presidenciales Argentinas del 14 de mayo de 1989: la ruta a la normalidade. *Dearrollo Económico*, v. 29, n. 115, p. 361-374, octubre-diciembre 1989.

CEDATOS. *Sem Titulo*. Edição única. Quito, agosto 1992.

DIETZ, H. Electoral politics in Peru, 1978-1986. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*. v. 28, n. 4, p. 139-163, fall 1987.

DOMINGUEZ, J.; McCANN, J. Shaping Mexico's electoral arena: the construction of partisan cleavages in the 1988 and 1991 national elections. *American Political Science Review*. v. 89, n. 1, p. 34-48, march 1995.

ECHEGARAY, F. Understanding support for free-market policies in Argentina. *International Journal of Public Opinion Research*, v. 5, n. 4, p. 369-375, 1993.

ECONOMIC COMMISSION FOR LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN. *Preliminary overview of the economy of Latin America and the caribbean*. Santiago: United Nations, 1994.

EULAU, H.; LEWIS-BECK, M. (ed.). *Economic conditions and electoral outcomes. The United States and Western Europe*. New York: Agathon, 1985.

HERMAN, E.; BRODHEAD, F. *Demonstration elections: U.S.-staged elections in the Dominican Republic, Vietnam, and El Salvador*. Boston: South End Press, 1984.

INTER-AMERICAN DEVELOPMENT BANK. *Economic and social progress in Latin America*. Washington, DC: IADB. 1982-1994.

_____. *Keesing's record of world events*. London: Longman, 1992-1994.

LEWIS-BECK, M. *Economics and elections: the major western democracies*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1988.

MARTZ, J. Electoral campaigning and Latin American democratization. The grand-colombian experience. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*. v. 32, n. 1, p. 17-43, spring 1990.

MENEGUELLO, R. Electoral behavior in Brazil: the 1994 presidential elections. *International Social Science Journal*, n. 146, december 1995. no prelo.

NAIM, M. The launching of radical policy changes, 1989-1991. In: TULCHIN, J. (ed.). *Venezuela in the wake of radical reform*. Boulder: Lynne Rienner, 1993.

NELSON, J. (ed.). *Fragile coalitions: the politics of economic adjustment*. New Brunswick: Transaction, 1989.

NOHLEN, D. (ed.). *Enciclopedia electoral latinoamericana y del Caribe*. San Jose: Instituto Interamericano de Derechos Humanos, 1993.

NORPOTH, H. et al. (ed.). *Economics and politics. The calculus of support*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1991.

O'DONNELL, G. *Modernizacion y autoritarismo*. Buenos Aires: Paidos, 1973.

PRZEWORSKY, A. Some problems in the study of the transition to democracy. In: O'DONNELL, G.; SCHMITTER, P.; WHITEHEAD, L. (ed.). *Transitions from authoritarian rule: comparative perspectives*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1986.

REMMER, K. The political impact of economic crisis in Latin America in the 1980s. *American Political Science Review*, v. 85, n. 3, p. 777-800, 1991.

RIUS, A. El gobierno, la economia, y el hombre de la calle. *Suma*, v. 13, n. 7, Octubre, p. 17-35, 1992.

SCHUMAN, H.; PRESSER, S. *Questions and answers in attitude surveys: experiments on question wording, form and context*. New York: Academic Press, 1981.

SELIGSON, M.; BERRANTES, M. G. Ordinary elections in extraordinary times: the political economic of voting in Costa Rica. In: BOOTH, J.; SELIGSON, M. (ed.). *Elections and democracy in Central America*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, p. 158-184, 1989.

THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. *Country report* (several countries). London: The Economist, 1987-1995.

TURNER, F. C.; ELORDI, C. Economic values and the role of government in Latin America. *International Social Science Journal*, n. 145, september 1995. no prelo.

WAISBORD, S. Television and election campaigns in contemporary Argentina. *Journal of Communication*, n. 44, p. 125-135, spring 1994.

WIARDA, H.. Social change, political development, and the Latin American tradition. In: WIARDA, H. (ed.). *Politics and social change in Latin America. Still a distinct tradition?*. Boulder: Westview Press, 1992.

*Tradução e publicação autorizadas pelo autor.
Recebido para publicação em Junho de 1995.*